



AL notícias

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Impresso Especial

68000007/2002 - DR/SC ALESC

CORREIOS

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 3 de dezembro de 2004

Ano 6 Nº 187

Parlamento aprova abono para servidores militares

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Praças conseguiram incremento nos salários, prometido e garantido por lei desde o começo deste ano, mas em forma de abono

Foi aprovada pelos deputados, na tarde de quarta-feira (1º), a concessão de abono de R\$ 250 aos servidores militares, ativos e inativos – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – do Sistema de Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Pelo Projeto de Lei nº 452/04, de origem do Executivo e relatado pelo líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o pagamento será feito mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2005. A Aprasc (Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina) realizou durante toda a manhã daquele dia manifestações na praça Tan-

credo Neves, em frente à Assembleia Legislativa, e acompanhou a votação em Plenário, à tarde, lotando as galerias da Casa.

Para aprovar o abono, os deputados da oposição deixaram de obstruir a pauta de votação e o Plenário acatou o substitutivo global, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), ao Projeto de Lei nº 250/04, relativo ao uso dos recursos da conta única. Segundo o deputado Herneus de Nadal, a autorização para usar 100% dos depósitos judiciais referentes às ações em que o Estado é parte era a única forma de garantir os R\$ 250 concedidos aos servidores militares.

Página 7

CPI da Udesc

Adiada votação do relatório final

A votação do relatório final da CPI da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), e marcada para o último dia 29 à tarde, após a leitura pela relatora Simone Schramm (PMDB), foi transferida para o dia 6 de dezembro. A solicitação foi feita pelos deputados Celestino Secco (PP), Wilson Vieira – Dentinho (PT) e Lício Mau-

ro da Silveira (PP), com o aval de Djalma Berger (PSDB) e Julio Garcia (PFL). Os parlamentares justificaram a transferência alegando o recebimento do relatório no final da tarde de sexta-feira (26), pedindo o prazo de uma semana para poderem conhecer bem o teor da documentação e dos encaminhamentos para procederem a votação.

Página 5

Caso Bolshoi

AL vai processar jornalista e rádio de Joinville

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), que presidiu a sessão plenária da manhã de quinta-feira (2), determinou que a Procuradoria Jurídica da Casa encaminhe ação contra a Rádio Cultura, de Joinville, e o jornalista Osny Martins, por crime de calúnia, injúria e difamação contra o Poder Legislativo e também determinou a elaboração de nota de repúdio a ser publicada na imprensa estadual. A atitude se refere à nota divulgada pelo jornalista, intitulada "Politicagem rasteira afeta Joinville", atingindo o Parlamento catarinense e, principalmente, o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), citado pelo jornalista.

A decisão teve a aprovação de todos os parlamentares presentes à sessão, que manifestaram solidariedade ao deputado Dentinho e indignação por conta do que foi divulgado pela rádio.

Sobre a denúncia de irregularidades na Escola Teatro Bolshoi, de Joinville, a pedido de Dentinho, será realizada audiência pública. O Ministério Público Federal investiga indícios de irregularidades no Bolshoi. Documento oficial da Alesc será remetido à sede do Bolshoi em Moscou, Rússia. (RMPP)

(foto Carlos Kilian)



Deputado Dentinho

O fio do bigode

Não faz tanto tempo assim. Nas conversas com pessoas de mais idade, especialmente no interior do Estado, era comum lembrar que qualquer compromisso assumido é coisa séria, grave, que precisava honrar o fio do bigode de quem se comprometeu. Machismos à parte, o tempo passou e a expressão ficou, pelo menos no inconsciente popular. Houve e há políticos que assimilaram a expressão e a honraram, mesmo não tendo bigode e até sendo careca. Outros, mesmo com bigode e até alguns fios de cabelo, simplesmente esqueceram desse dito popular. Atentaram contra o fio do bigode, desmoralizaram a expressão e vulgariza as promessas, por simplesmente jogá-las no lixo.

Não sei se o número de promessas que fez corresponderia ao número de fios do bigode do Governo. A verdade é que muitas delas, expressas inclusive por escrito, não honraram os respectivos fios de bigode. Uma desmoralização para o famoso dito popular, um descrédito para o político, uma vergo-

na para o bigode.

Dá para fazer uma lista do que faltou cumprir, mas podemos lembrar de algumas: ampliação das bolsas do Artigo 170 (formalizada no documento Propostas para a Juventude), não-taxação dos aposentados (governador dizia que era contra, mas taxou em 11% todo mundo); atenção ao funcionalismo (deu 1% de reposição salarial e um abono, quando as perdas, só em abril de 2003, já eram de quase 20%); não cumpriu as promessas com o pessoal da Segurança Pública, mesmo sacramentadas via Legislativo.

Deixou de cumprir ao não repassar os recursos relativos ao transporte escolar, para creches, para os centros sociais urbanos, para o Programa de Reflorestamento e Renda Mínima (deixando mais de 12 mil famílias rurais em situação difícil), e por aí vai. Falta dinheiro? Mas os números oficiais mostram que a arrecadação cresceu! Parece que o problema, mesmo, é com o fio do bigode.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Silêncio: um cúmplice da violência

A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. Uma em cada quatro mulheres é vítima de violência doméstica. A violência contra a mulher não tem preferência por cor, raça, nível social, cultural ou econômico. Nenhuma mulher está livre. Apesar de estatísticas alarmantes, poucos casos são denunciados e apenas 2% das queixas resultam em punição.

Qual o motivo para tanta omissão e silêncio? Os registros das Delegacias de Crimes contra a Mulher comprovam que 70% das agressões ocorrem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro. Medo, vergonha, insegurança, preconceito de ir a uma delegacia e denunciar o agressor, as ameaças de perder a guarda dos filhos e, principalmente, a inexistência de um local onde ela possa receber apoio e proteção são algumas das razões que a levam a silenciar o sofrimento.

Em 1985, em São Paulo, surgia a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, e que serviria de exemplo para a abertura de instituições semelhantes por todo o país, inclusive, no Exterior. Porém, passados quase 20 anos, muitas cidades do Brasil ainda não possuem um local adequado e seguro para a

mulher denunciar agressores e receber um atendimento especializado.

O papel das Delegacias da Mulher é procurar entender a mulher, na sua essência, contribuindo para que ela rompa com o silêncio e o círculo vicioso que a envolvem, oferecendo-lhe não só um espaço físico adequado, mas também a solidariedade, a compreensão e a certeza de que seu direito à integridade física e moral tem amparo não somente nas leis, mas nas profissionais destas delegacias.

É essencial que as agentes policiais (delegadas, escritãs, criminalistas) destas delegacia, possuam uma formação diferenciada e conhecimentos técnicos e psicológicos suficientes para lidar com estes tipos de agressões. Mulheres vítimas de maus-tratos precisam se sentir seguras e amparadas, de modo a estarem aptas a reconstruir suas vidas, longe da situação de violência que enfrentavam.

É claro que, no que se refere aos direitos da mulher, a criação destas delegacias constituiu uma das mais importantes conquistas das mulheres neste século. Por isso, a luta pela instalação da Delegacia da Mulher deve ser encampada por toda a sociedade.

Deputado Paulo Eccel (PT)

Cinema e vídeo catarinenses na TV AL

A TV AL (TV Assembleia Legislativa) iniciou no dia 30 a exibição da Mostra Catarinense de Cinema e Vídeo que irá ao ar diariamente, até 10 de janeiro, sempre às 22 horas. Na estreia, o filme *Novembrada*, de Eduardo Paredes, no dia que marcou o 25º aniversário da histórica manifestação em Florianópolis contra a ditadura militar. Ao todo, os telespectadores da TV AL poderão conferir 12 trabalhos de Eduardo Paredes, Penna Filho, Chico Faganello, Maurício Muniz, Isabela Hoffmann e Francis Silvy.



TV ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROGRAMAÇÃO

30/11 a 6/12: *Novembrada*, de Eduardo Paredes, e *Victor Meirelles, Quadros da História*, de Penna Filho.

07/12 a 13/12: *Vôo Solitário*, de Chico Faganello; *Fêndô e Naturezas Mortas*, ambos de Penna Filho.

14/12 a 20/12: *Histórias do Oeste e Toldo Pinhal*, ambos de Chico Faganello.

21/12 a 27/12: *Cartas Italianas e Fronteira*, ambos de Chico Faganello.

28/12 a 03/01: *Religiosidade Popular*, de Francis Silvy.

04/01 a 10/01: *A Pandorga*, de Isabela Hoffmann, e *Comigo*, de Maurício Muniz.

O Poder Legislativo na Internet

Acesse a página da Assembleia Legislativa de SC:

www.alesc.sc.gov.br

Nela você encontra tudo o que quiser saber sobre as atividades do Legislativo: projetos em tramitação, audiências, debates, programação da TV AL e o seu AL Notícias on line, além de poder pesquisar as leis já existentes, através dos links na página, e saber o que está acontecendo no Congresso Nacional acessando os endereços:

www.camara.gov.br

www.senado.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Títon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Centenário do Rotary Internacional

A Assembléia Legislativa realizou na noite de quarta-feira (24), sob a presidência do deputado Onofre Agostini (PFL), sessão solene que homenageou os 100 anos de fundação do Rotary Clube Internacional, atendendo indicação do deputado Joares Ponticelli (PP) e proposição do também progressista, deputado Altair Guidi. Também compareceram o deputado Genésio Goulart (PMDB), autoridades estaduais e regionais, além de rotarianos dos três distritos existentes no Estado.

O Rotary Internacional foi criado em 23 de fevereiro de 1905 por um grupo de amigos comandados pelo advogado Paul Harris, em Chicago, Estados Unidos, com o objetivo inicial de estimular o espírito da amizade e da solidariedade, acima de tudo. No final da Primeira Guerra Mundial, o Rotary implantou o sistema de arrecadações para obras de as-

sistência e auxílio em situações de emergência. A partir da Segunda Guerra Mundial, assumiu novos projetos de prestação de serviços, incluindo auxílio a refugiados e prisioneiros de guerra. Anos depois, voltou suas atenções para outros dois segmentos, que desde então se tornaram duas fortes marcas suas: a educação e a saúde, além de bolsas de estudo e intercâmbios culturais entre países. "Ajudar os outros é um tema atual e moderno", assinalou o deputado Guidi, salientando que a iniciativa do Legislativo é o reconhecimento ao trabalho voluntário e comunitário prestado pelo Rotary a uma parcela da sociedade sempre esquecida.

Falando em nome das bancadas, o deputado Ponticelli destacou o trabalho do Rotary neste primeiro centenário. "A prestação de serviços tem, hoje, a mais variada gama de ações, como o combate à fome, proteção ao meio ambiente, prevenção da violência,

combate ao uso de drogas, atendimento à juventude e aos idosos, bem como a conscientização e educação sobre a AIDS."

Foram homenageados os governadores dos três distritos existentes no Estado, parlamentares e representantes de rotarianos já falecidos que prestaram relevantes serviços à comunidade catarinense. Ao final da solenidade, Agostini apresentou projeto de lei de sua autoria, que institui o dia 26 de outubro como o "Dia do Rotariano de Santa Catarina". A data registra a fundação do primeiro clube de Rotary do Estado, em Joinville, há 70 anos. (RMPP)



Deputados Guidi e Ponticelli entregam placas comemorativas

Destques comunitários

A Assembléia Legislativa realizou sessão solene na noite do dia 25 para a concessão das medalhas de mérito Cruz e Sousa, Castorina Lobo de São Thiago e Vida Amabile. O evento, que lotou as dependências do Plenário Osni Régis, prestigiou 38 indicados pelos parlamentares por merecimento e destaque de atuação na comunidade. Também serviu para lembrar a existência de catarinenses que, de diferentes formas, e em distintas épocas, deixaram sua marca, seja para o Estado ou para aqueles que tiveram o privilégio de acompanhar sua trajetória.

A solenidade foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). Em seguida, falou a deputada Simone Schramm (PMDB), autora da proposição da Resolução DP 15/03, que instituiu a Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago. Esse prêmio simbólico foi criado para ser conferido aos professores que realizaram relevantes trabalhos na área da educação ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento do setor.

Ainda convalescendo de recente acidente, o deputado Nil-



Evento emocionou homenageados, familiares e deputados

son Nelson Machado - Duduco (sem partido), autor da proposição da criação das medalhas de mérito Cruz e Sousa e Vida Amabile, enfatizou a falta de valorização da raça negra e também a discriminação que ainda ocorre em nosso país.

Emoção - Duduco, ao lembrar de sua filha Vida, que faleceu há cerca de um ano, no Hospital Infantil, vítima da Aids, sem conter as lágrimas, emocionou os presentes ao contar a história da criação da medalha. Ele entregou o anel da menina Vida, que originou o nome da honraria junto com o de Madre Paulina - Amabile Visintainer -, para compor um futuro museu ou memorial da Assem-

bléia Legislativa.

A Resolução DP 6/03 instituiu a Medalha de Mérito Cruz e Sousa, que objetiva homenagear pessoas físicas e jurídicas que, no campo de suas atividades, realizaram relevantes serviços na defesa da raça negra. Já a Resolução DP 14/03 instituiu a Medalha de Mérito Vida Amabile, para homenagear pessoas físicas e jurídicas que no campo de suas atividades realizaram relevantes trabalhos em prol e defesa da criança e do idoso.

O advogado, escritor e ex-deputado Nelson Pedrini, que recebeu a Medalha de Mérito Cruz e Sousa, falou em nome de todos os agraciados. (CA)

25 anos da Cidasc

A proeza de tornar Santa Catarina uma área livre de febre aftosa, sem vacinação, e o fato de a Rússia suspender o embargo de carnes somente do Estado foram alguns aspectos levantados na sessão solene da noite de segunda-feira (29/11), no Plenário, em comemoração aos 25 anos de funcionamento da Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC), vinculada à Secretaria da Agricultura. A cerimônia foi solicitada pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), que presidiu a mesa dos trabalhos, composta pelo secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, pelo presidente da Cidasc, Vilmar Carelli, pelo vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Luiz Marini, pelo presidente da Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agri-

cultura do Estado) e por representantes do Ministério Público e da UFSC. Presentes também os deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Dionei Walter da Silva (PT).

A Cidasc tem um quadro de 1.200 agentes de saúde animal, 240 funcionários que atuam diuturnamente em 40 barreiras sanitárias, a construção de 7.700 açudes e de 11.500 canais de drenagem em 10 mil hectares para lavoura e a previsão, para 2005, de fiscalizar 200 mil toneladas de produtos e insumos. Conhecedor do trabalho da Cidasc, Peninha posicionou-se totalmente contrário à privatização da empresa. O deputado Mariani destacou que a atuação da Cidasc é um estímulo à produção e ao controle da qualidade, qualificando de "valorosos" os técnicos e pesquisadores. (RV)



Vilmar Carelli e o deputado Mauro Mariani

CCJ define pedidos de diligência

Sob a presidência do deputado Julio Garcia (PFL), a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou vários pedidos de diligência aos projetos votados na terça-feira (30). A primeira diligência foi ao Projeto de Lei Complementar nº 24/04, de autoria do Tribunal de Justiça, que atualiza valores, emolumentos e custas judiciais para renovar o Fundo de Reparamento da Justiça e altera dispositivos do Fundo de Reparamento do Ministério da Justiça. A diligência é ao governo do Estado, através da Casa Civil, com manifestação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina, Sindicato dos Oficiais de Registro Civil, Títulos e Documentos e também pessoas jurídicas e Escriturarias de Paz.

Outra diligência, desta vez à Secretaria da Fazenda, ao Projeto de Lei 396/04, do deputado Francisco de Assis (PT), altera a lei que institui o IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). Ainda para a Fazenda, o Projeto de Lei nº 397/04, autoriza o governo a prestar aval à Casan, para que obtenha



Integrantes acataram solicitações, determinando a realização de três diligências

financiamento do FGTS por instituições bancárias públicas ou privadas, no valor de até R\$ 200 milhões.

O relator da matéria na CCJ, deputado Joares Ponticelli (PP), disse que a Caixa Econômica Federal tem rejeitado os projetos apresentados pela Casan, com a justificativa de que a empresa não oferece garantias suficientes de que vai honrar o pagamento do empréstimo, tendo sido

reprovada na análise de risco. "Não há, nos autos, documentos que demonstrem a capacidade de endividamento do Estado. O projeto deve ser diligenciado para que a Secretaria da Fazenda traga o demonstrativo de capacidade de endividamento, bem como a relação das instituições financeiras credenciadas pelo Ministério das Cidades", argumentou Ponticelli.

Projetos aprovados:

- Projeto de Lei nº 406/04, de autoria do deputado Valmir Comin (PP), que isenta usuários do pagamento de estacionamento em shopping centers, supermercados e agências bancárias, por período de até 90 minutos, desde que apresentem cupom fiscal de compra de mercadorias ou serviço, com valor maior ou igual a dez vezes o valor da taxa. Enquadram-se no projeto os estacionamentos próprios ou terceirizados;

- Projeto de Lei nº 410/04, do deputado Djalma Berger (PSDB), que torna obrigatória a instalação de placas em braille com relação das linhas de ônibus e itinerários nos terminais rodoviários de Santa Catarina. O objetivo é atender o grande número de deficientes visuais existentes no Estado;

- Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 23/04, de origem governamental, que institui o plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores da Secretaria da Fazenda, com o objetivo de organizar os cargos efetivos. O substitutivo do deputado João Henrique Blasi (PMDB) permite, por exemplo, que os atuais servidores optem por continuar com a mesma nomenclatura. Também determina que os profissionais da área devem ter registro no conselho de fiscalização competente. (RMPP)

Prodetur recebe aval

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida na ocasião pelo deputado Reno Camarori (PP), aprovou na manhã de quarta-feira (1º), autorização para o Estado contratar subempréstimo de 100 milhões de dólares junto ao Banco do Brasil para o Prodetur/Sul. A matéria foi aprovada com emenda aditiva do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que determina que conste nos próximos orçamentos rubrica para pagamento da amortização da dívida contratada e dos encargos financeiros. Inicialmente, em seu voto de vista, o deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT), solicitava nova diligência ao Executivo para que fossem discriminados 86 itens, em seu real valor, e as obras a serem contempladas pelo programa.

O deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB) fez apelo endossado pelo colega Djalma Berger (PSDB), para que fosse dada continuidade ao trâmite da matéria pela relevância e urgência do assunto, uma vez que de-



Comissão de Finanças garantiu aval ao pedido de empréstimo

verá ser aprovada até a próxima sexta-feira, para que se possa ser assinado o contrato do Prodetur com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Também foi aprovado Projeto de Lei nº 495/03, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), que autoriza o Executivo a conceder, a título de estímulo, até 100% dos incen-

tivos fiscais de geração de emprego às empresas que no ato de contratação de empregado comprovem a geração de primeiro emprego ou de emprego a pessoas com mais de 40 anos de idade. Por proposição do deputado Dentinho, acrescenta-se a esta condição a contratação de mulheres que são chefes de família. (SD)

Agricultura familiar

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), em reunião na tarde de quarta-feira (1º), aprovou requerimento solicitando a realização do Seminário de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, na cidade de Jaraguá do Sul, no dia 16 de dezembro, às 14 horas. O objetivo é debater alternativas que permitam atividades que agreguem valor à agricultura familiar, além de divulgar as políticas públicas dos governos estadual e federal que estão sendo efetivadas.

Órgãos como o CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), CRESOL (Cooperativas de Crédito) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) serão convidados a participar. O requerimento foi aprovado pelos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Mauro Mariani (PMDB), Pedro Baldissera (PT) e Francisco Küster (PSDB).

Também estavam presentes na reunião o secretário executivo do Pronaf, Luís Ademir Hessmann, e o secretário adjunto da Agricultura, Renato Bruetto, que esteve na Comissão para apresentar o Projeto Beija-flor, da secretaria estadual de Agricultura. O projeto visa incluir digitalmente a família rural. "Vamos instalar 19 núcleos com 95 computadores adquiridos junto ao Banco do Brasil. O projeto é aberto à comunidade para a capacitação dos agricultores. A finalidade real é diminuir a diferença social entre os jovens do meio rural e do meio urbano", completou Bruetto. (GMP)

Material escolar com logomarca de empresas

(foto Solon Soares)

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou na manhã de quarta-feira (1º) a admissibilidade do projeto de lei de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB) que autoriza empresas públicas ou privadas a gravar sua logomarca em mochila, pasta e ou material escolar doado a aluno de escola pública estadual. O projeto sofreu emenda modificativa do relator Djalma Berger (PSDB), que condiciona a decisão à avaliação do Conselho Escolar. Mello esclarece, em sua justificativa, que em âmbito estadual o governo enfrenta múltiplos problemas, principalmente a evasão escolar constante, em função das carências financeiras.

Eccel informou que o projeto já tramitou no ano passado e foi encaminhado para análise do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e também do Conselho Estadual de Educação. O Conselho da Criança e do Adolescente rejeitou por unanimidade a proposta, alegando que colocaria o menor em exposição, infringindo o Estatuto, mas o Conselho de Educação aprovou. "Votei contra a matéria no ano passado e meu voto permanece o mesmo, pois acho

que as crianças correm o perigo de se transformar em *out doors ambulantes*", observou. A matéria foi aprovada com a anuência das deputadas Simone Schramm (PMDB) e Odete de Jesus (PL), que são professoras.

A proposição do deputado Cesar Souza (PFL) de instituir o dia 1º de setembro como a data comemorativa dos profissionais de Educação Física de Santa Catarina também teve sua admissibilidade aprovada na mesma reunião, bem como o projeto de lei que autoriza a Secretaria Estadual da Educação e Inovação a afixar nas salas de aula avisos com telefones para os alunos denunciarem qualquer tipo de violência ou abuso sexual cometido contra menores. A proposição é da deputada Odete de Jesus (PL), que preside a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e que se mostra preocupada di-

ante das inúmeras denúncias desse grave problema em muitas instituições de ensino do Estado.

O presidente da Comissão anunciou o recebimento da indicação de projeto de lei, encaminhada pela Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que trata da violência nas escolas. A indicação é de que seja realizada audiência pública para discutir o tema "Escola - refém da violência", uma vez que são inúmeros os registros de casos que apontam situações de agressão a professores e alunos no interior das instituições.



Gilberto Agnolin, reitor da Unochapecó, durante a explanação da proposta

Ensino superior

A Comissão ouviu ainda o reitor da Unochapecó, Gilberto Luiz Agnolin, apresentando o projeto do programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. O projeto piloto foi desenvolvido pela UnC (Universidade do Contestado), Unochapecó e Unoesc. Segundo Eccel, a proposta tem servido de parâmetro para que essa experiência seja aproveitada em todas as universidades do Sistema Acafe e também usando os recursos do Artigo 170, cujo projeto já está tramitando na Casa.

O programa, conforme a apresentação de Agnolin, consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltado à melhoria da qualidade dos cursos de graduação, mediante a articulação com o desenvolvimento sócio-econômico das áreas de abrangência das secretarias de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, Maravilha, São Lourenço do Oes-

te, Palmitos, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, Caçador, Canoinhas, Campos Novos e Curitibanos.

"Compreende cursos de graduação existentes nas três universidades, considerados estratégicos para o desenvolvimento regional, curso superior sequencial de formação de agentes para o desenvolvimento regional e programas de pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento regional", esclareceu Agnolin. Ele ressalta que o programa foi planejado para contribuir significativamente na mudança do cenário sócio-econômico do oeste catarinense, promovendo o enfrentamento das desigualdades regionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável. Participaram da reunião os deputados Djalma Berger (PSDB), Odete de Jesus (PL), Simone Schramm (PMDB) e Padre Pedro Baldisera (PT). (CA)



Sugestão das logomarcas provocou muitas discussões

CPI da Udesc

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, deputado Paulo Eccel (PT), abriu a reunião da última segunda-feira (29/11), da qual participaram, além dos deputados, estudantes, professores, o reitor Anselmo de Moraes e o Procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio da Moralidade Administrativa do Ministério Público, Basílio Elias de Carlo.

Eccel falou sobre os 14 meses de duração desta CPI, período em que foram averiguados mais de 46 mil páginas de documentos e interrogadas 32 pessoas, entre reitores, diretores de cursos e pro-

fessores. A deputada relatora, Simone Schramm (PMDB), fez a leitura do relatório com denúncias e comprovação de irregularidades no Programa de Ensino a Distância da Udesc, nos processos licitatórios, processos seletivos para a contratação de professores e para a seleção de alunos, além de concurso público para a contratação de servidores do quadro administrativo.

O progressista Celes-tino Secco foi quem, primeiramente, pediu a prorrogação da data de votação, sob a alegação de que,

numa rápida leitura, não encontrou dados sobre um ex-gestor da universidade, no período de 1990/94, quando foram apuradas inúmeras irregularidades. Ele responde a inúmeros processos no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público. Dentinho, concordando com a opinião de Secco, frisou que os encaminhamentos sejam direcionados ao Tribunal de Contas da União e Ministério Público da União.

Os deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e João Henrique Blasi (PMDB) também participaram da reunião. (CA)



Deputados avaliam resultados da CPI e pedem tempo para votar relatório final

Aqüífero Guarani

Educação é essencial para preservar

(fotos Solon Soares)

Formas de conscientização da população para a preservação da água foram discutidas durante dois encontros do Fórum Parlamentar Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aqüífero Guarani, realizados no final de novembro, em Xanxerê e São Miguel do Oeste. O Fórum, que é presidido pelo deputado Pedro Baldissera (PT), realiza ainda no dia 10 de dezembro outro encontro na região Oeste, no município de São Carlos.

Para ressaltar a importância da participação da sociedade, de organizações não-governamentais, empresas e do poder público em ações que visem ao manejo e planejamento dos recursos naturais, foi apresentada a experiência na Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que desenvolveu o megaprojeto de gestão ambiental *Cultivando Água Boa*. Segundo o representante da empresa, Elfídio Cavalcanti, são mais de 130 ações. A filosofia do programa é de preservação do meio ambiente, promoção da cidadania e



Elfídio Cavalcanti, da Itaipu Binacional

desenvolvimento com responsabilidade social. "Temos que nos conscientizar de que o homem está poluindo com muita rapidez. Essa situação tem que ser resolvida através da educação ambiental", defendeu. Todas as ações são desenvolvidas em parceria com prefeituras, órgãos públicos, cooperativas e lideranças comunitárias. Além de fornecer projetos técnicos, o Programa *Cultivando Água Boa* está transformando os moradores dos municípios da Bacia do Paraná III em agentes multiplicadores da idéia. A proposta é inspirada na concepção de políticas públicas voltadas à qualidade de vida da população, a partir da identificação dos impactos ambientais resultantes dos passivos acumulados pelas diversas atividades humanas co-usuárias das águas.



Seminários têm atraído diversos segmentos da sociedade para debater a questão

Saneamento

A mata ciliar é a vegetação concentrada nas margens dos rios e funciona com uma espécie de filtro, evitando que haja desequilíbrio por processos como a erosão. Esse assunto foi abordado em São Miguel do Oeste na palestra do sociólogo da Epagri, Nelso Figueiró. Ele também alerta para o que considera o principal problema: a falta de saneamento básico. Esta é uma das situações que mais provocam a queda da qualidade da água, aliada aos problemas de dejetos animais e do uso indiscriminado dos agrotóxicos.

Na região Oeste, que concentra a maior produção de suínos do Estado, com mais de 54 mil estabelecimentos, um outro problema a resolver é o destino dos 40 mil metros cúbicos de dejetos. A maioria, segundo Figueiró, não recebe o destino correto. A

estruturação das propriedades de maneira a poder transformar os dejetos em adubo orgânico poderá ser uma solução satisfatória para dar melhor qualidade à água.

Projeto - O deputado Pedro Baldissera apresentou na Assembléia Legislativa propostas que pretendem garantir a proteção de rios e fontes de água, através da recuperação da mata ciliar, mediante compensação financeira aos agricultores familiares, na exata proporção da renda que deixarem de auferir em face das ações ambientais que executarem nas áreas de preservação permanente. A intenção, segundo Baldissera, é tornar os pequenos agricultores parceiros do Poder Público na implementação de programas de desenvolvimento econômico sustentável. (SD)

Políticas públicas de inclusão social

(foto Alberto Neves)

A Escola do Legislativo realizou nos dias 25 e 26 de novembro o Seminário *Políticas Públicas de Inclusão Social*, quando foram apresentados estudos e debates sobre a questão da exclusão social. Também foram avaliados os limites e as possibilidades das políticas públicas de inclusão social adotadas no país, tendo como público alvo parlamentares, servidores dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, entidades e movimentos sociais.

O seminário foi presidido pelo deputado Onofre Agostini (PFL). Fizeram parte da mesa a diretora da Escola do Legislativo, Carla Pedroso, o assessor especial da Presidência da Casa, Derci Pasqualotto, representando o presidente da Escola do Legislativo - deputado Wilson Vieira-Dentinho (PT) -, e Maurílio Maldonado, diretor presidente do Instituto Legislativo Paulista. Dentinho não pôde comparecer por problemas de saúde. "Mais importante que os belos temas trazidos, que a temática e que os palestrantes que garantem o brilhantismo do evento é a efetivação de políticas públicas de inclusão social", enfatizou a diretora da Escola na

abertura dos trabalhos.

Debates - A primeira mesa-redonda aconteceu na tarde do dia 25, tendo como tema *Políticas Públicas e Inclusão Social*, com o padre Vilson Groh, presidente do Centro Cultural Anastácia da Capela Nossa Senhora do Monte Serrat e do Projeto Traversia, e o professor Erni Seibel, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Políticas Públicas da UFSC. Groh salientou que o importante é não perder a análise da conjuntura do processo histórico e dos movimentos sociais e sugeriu a construção de uma esfera pública não estatal de controle. "A construção dessa esfera serviria para controlar os trabalhos de políticas sociais com programas e projetos entre a sociedade civil e movimentos sociais. No começo haverá lutas de resistência, mas é importante um amadurecimento e acúmulos de forças



Ações que reduzam a exclusão foram discutidas durante dois dias

para a realização desse projeto". Seibel colocou em xeque o futuro da política estadual do bem-estar social. "Os nossos governantes acham que atualmente a política de bem-estar social está ligada à proteção social. Ou o indivíduo é assistido filantropicamente, ou é criminalizado. Eles acham

que se aumentar o número da comunidade carcerária vai diminuir a criminalização", afirmou.

No segundo dia, foram discutidas políticas públicas de ação afirmativa sob a coordenação da professora da Udesc, Neli Góes Ribeiro. Em seguida, Laércio Ventura, membro do Conselho Estadual dos Portadores de Deficiência Física, e Suelly de Oliveira, subsecretária de Monitoramento e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres debateram o avanço das políticas públicas de inclusão social no país, principalmente em Santa Catarina.

Na parte da tarde, a mesa-redonda foi direcionada ao Poder Legislativo e às políticas públicas de inclusão social, com a coordenação da diretora da Escola do Legislativo da Alesc, Carla Maria Vieira Pedroso. (CA/DAB/GMP)

Conta única e abono à SSP

Apreciação provoca embates

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A obstrução da pauta de votações patrocina da pelas oposições há quase três semanas foi interrompida na sessão plenária da última quarta-feira (1º), quando o parlamento aprovou o Projeto de Lei nº 250/04, referente à conta única, e o projeto que concede o abono aos servidores militares, ativos e inativos.

Quatro comissões de mérito – Constituição e Justiça, Segurança Pública, Finanças e Trabalho, presididas pelos deputados Júlio Garcia (PFL), Wilson Vieira – Dentinho (PT), Reno Caramori (PP) e Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), respectivamente, realizaram uma reunião conjunta para deliberar sobre as matérias, depois de suspensa a sessão por acordo de lideranças de bancadas. Praças e bombeiros vindos de todo o estado, permaneceram nas ga-

lerias da Casa, para acompanhar a apreciação das propostas.

Apesar da unanimidade quanto ao abono, parte da oposição manteve sua posição contrária ao uso do dinheiro da conta única gerenciada pelo Tribunal de Justiça – cerca de R\$ 40 milhões conforme o líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota. “Acredito que o substitutivo global de Jorginho Mello aprimorou o projeto original, mas, ainda assim, não creio que ele seja constitucional, pois não prevê fundos de reposição”, afirmou o líder dos pefelistas, deputado Antônio Ceron, que votou contra a matéria. Cinco parlamentares do PFL votaram a favor.

A bancada do PP, liderada pelo deputado Joares Ponticelli, votou contra. “Esse dinheiro pertence a outras pessoas, por

isso não acho correto que ele seja usado para outros fins”, argumentou. Já a bancada petista votou a favor do substitutivo global e garantiu a vitória governista por 27 votos a cinco. “A bancada do PT vota a favor desse projeto por entender que esta é a única maneira de garantir que os servidores militares ganhem o abono”, justificou o deputado Dionei Walter da Silva.

A ala governista comemorou sua vitória elogiando a coesão dos membros da Aprasc (Associação dos Praças de Santa Catarina), que se organizaram e conseguiram o que pleiteavam. “Hoje viabilizamos o projeto da conta única, que estava nesta Casa há meses. Graças a esses recursos, os servidores da Polícia Militar poderão receber seu abono”, afirmou Mota.



Reunião conjunta de quatro comissões foi realizada no próprio Plenário

Insatisfação e dúvidas

Mesmo aprovando os R\$ 250 de abono, vários parlamentares manifestaram sua insatisfação com a iniciativa, além de dúvidas de que seja efetivado.

O deputado Paulo Eccel (PT) classificou a iniciativa do governo de incoerente, já que há pouco mais de duas semanas a Alesc aprovou abono proposto ao magistério, excluindo os inativos. “Já o abono para a Aprasc acolhe essa categoria. Além disso, o abono concedido hoje foi de R\$ 250 e para os professores foi de R\$ 100. Isto está virando uma colcha de retalhos, pois não há uma escala de evolução salarial.”

Para o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) não havia a necessidade do governador encaminhar

esse projeto de lei. “Ele poderia, simplesmente, conceder o abono através de um decreto de lei. O projeto diz que o abono sairá em janeiro do ano que vem, mas eu acredito que ele só pretende fazer em 2006.”

Confusão - O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, lembrou do aumento concedido no ano passado, por ele denominado de “virtual”, e incentivou os servidores da Segurança Pública a manterem a mobilização. “Continuem na luta. Esse foi o primeiro sinal e não é nada garantido. Vamos ver isso no orçamento, para que haja outras etapas da lei que sejam contempladas.” Já para o deputado Celestino Secco (PP), os prazos para o pagamento estão confusos no projeto de lei.

“Sou favorável, embora não esteja suficientemente claro.”

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) tem muitas dúvidas de que o Executivo cumprirá sua promessa. “Ele não cumpriu da outra vez, não tem cumprido e não irá cumprir. Também não gostaria que fosse dado tratamento diferenciado para as categorias.” A líder do PL, deputada Odete de Jesus, disse que ninguém foi enganado. Concorde que o valor é baixo, mas crê que, na medida do possível, os servidores serão recompensados. Sobre o “aumento virtual” à Segurança Pública, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) esclareceu que foi “virtual” somente para os praças, entretanto, foi real para os oficiais. (DAB/GMP/MMV/TK)

(foto Carlos Killian)



Galerias lotadas, expectativa e muita discussão na tarde de 1º de dezembro

Agenda

Dia 6, 14h – Apresentação do relatório final da CPI da Udesc
Local: Plenário

Dia 6, 15h – Solenidade em comemoração aos quatro anos da Escola do Legislativo e o lançamento do programa “A Universidade e o Legislativo”
Local: Sala de Imprensa

Dia 7, 8h às 22h – Esforço concentrado – Sessões ordinárias e/ou extraordinárias
Local: Plenário

Dia 7, 9h - Comissões de Justiça e de Educação – Audiência pública para discutir projetos de lei complementar relativos à carreira do magistério público e de transformação de cargos na Secretaria da Educação e Inovação
Local: Plenário

Dia 8, 8h às 18h – Esforço concentrado – Sessões ordinárias e/ou extraordi-

nárias
Local: Plenário

Dia 8, 19h30min – Sessão solene para concessão do título de Cidadão Catarinense para Leonel Arcângelo Pavan
Local: Plenário

Dia 9, 8 às 18h – Esforço concentrado – Sessões ordinárias e/ou extraordinárias
Local: Plenário

Dia 9, 8h30min – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – audiência pública “Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida”
Local: Auditório da Univali, bloco 16 – Itajaí

Dia 10, 8h às 17h30min – Fórum Permanente para a Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani
Local: Pratas Termas Hotel – São Carlos

Novembrada completa 25 anos

Na noite do dia 30 foi realizada sessão solene para lembrar os 25 anos da Novembrada, ato de repercussão nacional pela redemocratização do Brasil, contra a Lei de Segurança Nacional, que projetou Florianópolis no cenário político brasileiro, em novembro de 1979. O protesto aconteceu durante a visita do presidente da República, o general João Batista Figueiredo. Durante a sessão, também foi lançado o livro "Novembrada: um relato da revolta popular", do jornalista Moacir Pereira.

A cerimônia, solicitada pela Mesa da Assembléia Legislativa foi presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL). Entre os homenageados estão estudantes, ex-deputados, ex-senadores e advogados que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os ex-deputados Roberto Motta (*in memoriam*) e Murilo Canto, o ex-presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), Adolfo Luiz Dias (*in memoriam*), os ex-senadores Jaison Barreto e Nelson Wedekin, os advogados Renê Dotti e Sadi Lima e o ex-vereador Içurity Pereira da Silva.

A manifestação foi capitaneada principalmente pelos estudantes contrários à fixação de uma placa em homenagem ao marechal Floriano Peixoto na Praça XV. O pedestal foi quebrado, a placa incendiada, arrastada e atirada contra a porta do Palácio Cruz e Sousa – na época sede do governo. O aumento dos combustíveis, as vítimas de Anhatomirim, o manifesto dos estudantes, a obrigatoriedade dos servidores públicos comparecerem às ruas para receber Figueiredo e a inflação, todos esses fatores provocaram a grande manifestação que culminou com a prisão de cinco estudantes e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, por determinação do general. A ordem foi pelo então governador, atual senador, Jorge Bornhausen (PFL).

A cerimônia, que contou com o apoio do governo do Estado, da OAB de



(foto divulgação)

Estudantes capitanearam as manifestações na Praça XV, em frente ao Palácio Cruz e Sousa

Santa Catarina, da Associação Catarinense de Imprensa e da União Catarinense dos Estudantes, teve a participação de representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da OAB, do ex-governador Ivo Silveira e dos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Romildo Titon (PMDB), Paulo Eccel (PT), Simone Schramm (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Jorginho Melo (PSDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT) e Reno Caramori (PP).

"A Novembrada foi um capítulo da história da democracia no Brasil e agradeço o privilégio de ter assistido a esse importante passo da democracia. Foi a partir desse fato que os catarinenses romperam com o medo da força política nacional. Santa Catarina se mostrou. Fomos às ruas e enfrentamos a tirania dos cacetes", afirmou o deputado Francisco Küster (PSDB), que também na época ocupava uma cadeira no Legislativo estadual e participou ativamente das manifestações para libertação dos estudantes.



(foto Solon Soares)

Uma placa de comemoração aos 25 anos de Novembrada foi entregue para 15 pessoas, entre eles o deputado tucano Francisco Küster (na foto). Os homenageados também fizeram uso da palavra e alguns deles agradeceram pela lembrança. "Não sabemos quem somos nem para onde vamos. As palavras perderam seu significado original. Eu fico preocupado porque

se as pessoas são capazes de tratar mal o presente, como me garantem com o passado? Esta comemoração tem sentido, sim. Foram 15 anos de cassação, tortura e exílio. Agora a comemoração foi transformada. A manifestação foi um puxão de orelha no autoritarismo e não aconteceu por acaso", declarou Jaison Tupy Barreto, que falou em nome dos homenageados. (GMP)



Moacir Pereira, durante sessão de autógrafos de sua nova obra

Livro

Durante a sessão, o jornalista e escritor Moacir Pereira fez o lançamento de seu livro *Novembrada – um relato da revolta popular*. "A Novembrada permitiu o despertar da auto-estima política dos catarinenses e o livro faz um resgate do episódio. Ele está longe de ser uma obra acabada mas é um inventário jornalístico que registra fatos inéditos da história catarinense. Eu destaco o evento como o início da nova imagem do Estado no país", enfatizou o jornalista.